

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração	10
----------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	52
---	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	53
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	55
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	114.744
Preferenciais	0
Total	114.744
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	375.044	235.640
1.01	Ativo Circulante	36.048	15.268
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.442	11.117
1.01.03	Contas a Receber	3.538	2.854
1.01.03.01	Clientes	3.538	2.753
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	101
1.01.03.02.01	Contas a receber partes relacionadas	0	101
1.01.04	Estoques	843	495
1.01.06	Tributos a Recuperar	379	49
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	379	49
1.01.07	Despesas Antecipadas	625	208
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	221	545
1.01.08.03	Outros	221	545
1.02	Ativo Não Circulante	338.996	220.372
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.901	1.009
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.573	0
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Restritas	9.573	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.182	1.003
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.182	1.003
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	146	6
1.02.01.07.01	Depósitos judiciais	115	6
1.02.01.07.02	Despesas Antecipadas	31	0
1.02.03	Imobilizado	1.105	854
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.105	854
1.02.04	Intangível	314.373	204.109
1.02.04.01	Intangíveis	314.373	204.109
1.02.05	Diferido	12.617	14.400

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	375.044	235.640
2.01	Passivo Circulante	46.219	128.520
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.457	1.888
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.457	1.888
2.01.02	Fornecedores	16.474	8.107
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.474	8.107
2.01.02.01.01	Fornecedores	11.750	5.747
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	4.724	2.360
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.846	1.352
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.050	731
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	796	621
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.367	98.703
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.367	98.703
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.367	98.703
2.01.05	Outras Obrigações	18.011	18.470
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.339	15.677
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	10.873	10.781
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.466	4.896
2.01.05.02	Outros	2.672	2.793
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	884	322
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	188	173
2.01.05.02.05	Adiantamento de seguros	1.554	2.030
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	46	268
2.01.06	Provisões	5.064	0
2.01.06.02	Outras Provisões	5.064	0
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção em rodovia	484	0
2.01.06.02.06	Provisão para investimento em rodovia	4.580	0
2.02	Passivo Não Circulante	205.018	71.086
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	158.948	935
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	158.948	935
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	158.948	935
2.02.02	Outras Obrigações	37.000	60.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	37.000	60.000
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	37.000	60.000
2.02.04	Provisões	9.070	10.151
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57	239
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1	117
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	56	122
2.02.04.02	Outras Provisões	9.013	9.912
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	9.013	5.518
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovia	0	4.394
2.03	Patrimônio Líquido	123.807	36.034
2.03.01	Capital Social Realizado	119.933	35.001
2.03.04	Reservas de Lucros	3.874	1.033
2.03.04.01	Reserva Legal	254	68
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	3.620	965

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	200.071	136.370
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-173.894	-110.741
3.03	Resultado Bruto	26.177	25.629
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.906	-7.076
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.906	-7.076
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-6.235	-6.489
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-671	-587
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.271	18.553
3.06	Resultado Financeiro	-13.971	-14.468
3.06.01	Receitas Financeiras	2.090	2.126
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.061	-16.594
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.300	4.085
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.575	-1.446
3.08.01	Corrente	-1.754	-1.957
3.08.02	Diferido	179	511
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.725	2.639
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.725	2.639
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,05126	0,07540
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,05126	0,07540

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	3.725	2.639
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.725	2.639

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	26.475	20.267
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	31.414	32.414
6.01.01.01	Lucro (prejuízo líquido do exercício)	3.725	2.639
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	8.565	6.651
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	0	39
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-179	-514
6.01.01.06	Juros e variações sobre mutuos	5.782	11.636
6.01.01.07	Despesas de juros, liquidas das receitas	9.544	8.164
6.01.01.08	Resultado de reversão de ajuste a valor presentes	5	407
6.01.01.09	Provisão para riscos civeis e trabalhistas	-188	188
6.01.01.10	Provisão para manutenção em rodovia	4.160	3.204
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.939	-12.147
6.01.02.01	Contas a receber	-785	-1.007
6.01.02.02	Estoques	-158	-44
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-448	-45
6.01.02.04	Imposto a recuperar	-243	529
6.01.02.05	Contas a receber - partes relacionadas	101	-101
6.01.02.06	Fornecedores	869	367
6.01.02.07	Transações com partes relacionadas	-681	-5.119
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	-589	358
6.01.02.09	Obrigações fiscais	1.903	1.279
6.01.02.10	Cauções contratuais	98	-39
6.01.02.11	Imposto de renda e contrb. social pagos	-1.655	-1.522
6.01.02.12	Pagamento riscos civeis e trabalhista	0	-20
6.01.02.13	Outros passivos	7.278	1.985
6.01.02.14	Juros pagos	-10.629	-8.768
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-127.152	-60.746
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-411	-247
6.02.02	Adições ao intangível	-117.480	-60.499
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-9.261	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	120.002	10.061
6.03.01	Captações	64.805	1.856
6.03.02	Pagamentos	-1.380	-758
6.03.03	Aumento de capital	57.466	10.000
6.03.04	Pagamento de mutuo	-889	-1.037
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.325	-30.418
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.117	41.535
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	30.442	11.117

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	35.001	0	1.033	0	0	36.034
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	35.001	0	1.033	0	0	36.034
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.932	0	0	-884	0	84.048
5.04.01	Aumentos de Capital	84.932	0	0	0	0	84.932
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-884	0	-884
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.725	0	3.725
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.725	0	3.725
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.841	-2.841	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	186	-186	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	2.655	-2.655	0	0
5.07	Saldos Finais	119.933	0	3.874	0	0	123.807

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	25.001	0	0	-1.284	0	23.717
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	25.001	0	0	-1.284	0	23.717
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.000	0	0	-322	0	9.678
5.04.01	Aumentos de Capital	10.000	0	0	0	0	10.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-322	0	-322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.639	0	2.639
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.639	0	2.639
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.033	-1.033	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	68	-68	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	965	-965	0	0
5.07	Saldos Finais	35.001	0	1.033	0	0	36.034

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	208.924	143.983
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	208.924	143.983
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-165.413	-103.762
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-126.099	-69.584
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.240	-28.235
7.02.04	Outros	-7.074	-5.943
7.03	Valor Adicionado Bruto	43.511	40.221
7.04	Retenções	-8.565	-6.651
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.565	-6.651
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	34.946	33.570
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.196	3.272
7.06.02	Receitas Financeiras	2.090	2.124
7.06.03	Outros	1.106	1.148
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	38.142	36.842
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	38.142	36.842
7.08.01	Pessoal	6.753	7.006
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.243	5.789
7.08.01.02	Benefícios	1.159	917
7.08.01.03	F.G.T.S.	351	300
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.305	9.243
7.08.02.01	Federais	6.027	5.411
7.08.02.03	Municipais	4.278	3.832
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.435	11.031
7.08.03.01	Juros	9.836	8.166
7.08.03.02	Aluguéis	192	215
7.08.03.03	Outras	1.407	2.650
7.08.03.03.02	Juros capitalizados	964	629
7.08.03.03.03	Outras	443	2.021
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.725	2.639
7.08.04.02	Dividendos	884	322
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.841	2.317
7.08.05	Outros	5.924	6.923
7.08.05.01	Juros partes relacionadas	5.782	6.404
7.08.05.02	Juros capitalizados	142	519

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Planalto Sul submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A concessão da Planalto Sul foi outorgada em fevereiro de 2008 através da licitação 002/2007, tendo como objeto a exploração do lote 2 do Programa de Concessões de Rodovias Federais. O trecho concedido compreende 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116 que liga a cidade de Curitiba – PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A Companhia, uma das nove concessionárias do Grupo OHL - Obrascon Huarte Lain Brasil, é responsável por administrar e conservar a rodovia BR 116 durante os 25 anos de vigência do contrato de concessão

O trecho administrado

O trecho administrado pela Companhia corta as cidades de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro no estado do Paraná, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristovão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, interligando a região sudeste com o interior dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados.

Em termos de movimentação de cargas e passageiros, os volumes de tráfego são mais altos nas proximidades das grandes cidades, apresentando perto de Curitiba, tráfego médio diário superior a 12 mil veículos. Parte significativa desse tráfego é composta por um expressivo volume de veículos pesados, que representam cerca de 43,0% do movimento total da rodovia.

Operação da rodovia

A Companhia opera cinco praças de pedágio, todas bidirecionais (dois sentidos), localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão. As tarifas cobradas são estabelecidas no Contrato de Concessão, reajustadas todo mês de dezembro de acordo com a variação do índice IPCA acumulado 12 meses. O cálculo do reajuste também pode refletir outros fatores de reequilíbrio contratual. Em dezembro de 2011, a tarifa de pedágio passou de R\$ 3,10 para R\$ 3,30. Seguem abaixo as tarifas médias praticadas:

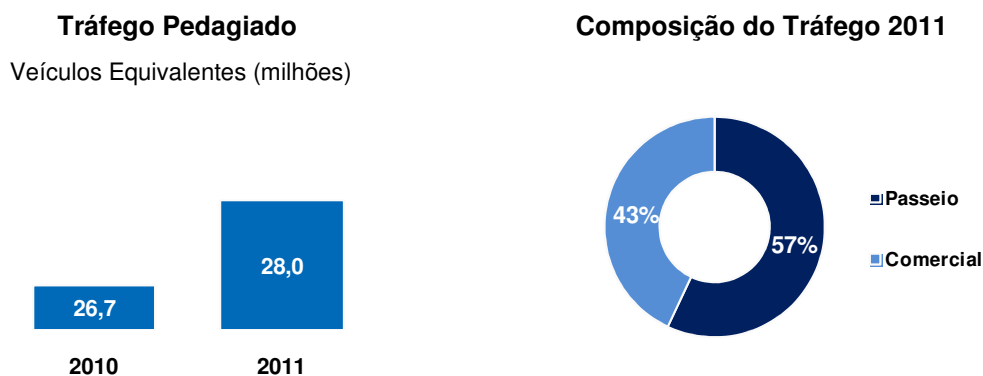
Relatório da Administração

Nome da Praça	Localização	Tarifa R\$
Fazenda Rio Grande	BR 116 Km 134+400 PR	3,11
Rio Negro	BR 116 Km 204+100 PR	3,11
Monte Castelo	BR 116 Km 081+600 SC	3,11
Santa Cecília	BR 116 Km 152+000 SC	3,11
Correia Pinto	BR 116 Km 233+100 SC	3,11

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

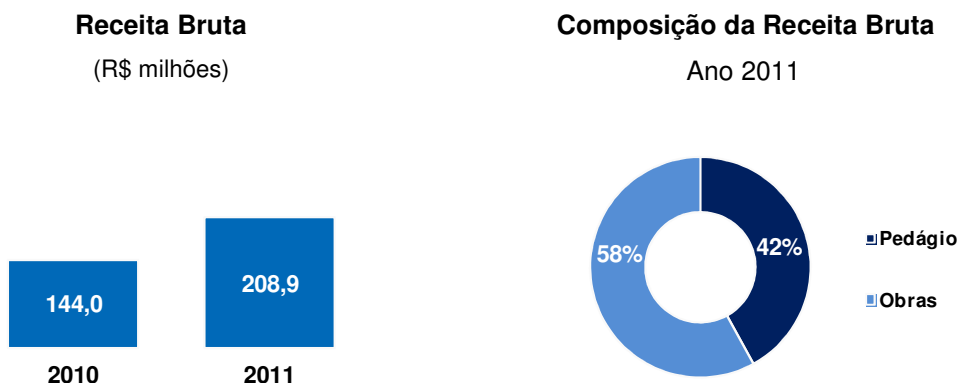
O tráfego pedagiado totalizou 27,9 milhões de veículos equivalentes em 2011, 4,8% superior quando comparado ao exercício anterior. Entre os principais motivos que impactaram positivamente esse crescimento, vale destacar o direcionamento do tráfego da BR-376 para a BR-116, trecho sob responsabilidade da Companhia, em função da interdição provocada por sinistros ocasionados pelas fortes chuvas.



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 208,9 milhões em 2011, com crescimento de 45,1% em relação aos R\$ 144,0 milhões registrados em 2010.

Relatório da Administração



A receita de pedágio cresceu 12,0%, passando de R\$ 77,6 milhões em 2010 para R\$ 86,9 milhões em 2011. As principais razões que levaram ao aumento foram: (i) o crescimento do tráfego pedagiado, e (ii) o reajuste da tarifa básica praticada em dezembro de 2010, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

Já a receita de obras registrou acréscimo de R\$ 55,6 milhões (+83,7%), passando de R\$ 66,4 milhões em 2010 para R\$ 121,9 milhões em 2011. Esse aumento resultou da intensificação das obras previstas no contrato de concessão.

No ano de 2011, a Companhia obteve receita líquida de R\$ 200,1 milhões, R\$ 63,7 milhões superior ao ano de 2010.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Custo dos serviços de construção	(121,9)	(66,4)	83,6%
Serviços de terceiros	(18,0)	(17,3)	4,0%
Pessoal	(7,4)	(7,5)	-1,3%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(4,2)	(3,2)	31,3%
Conservação	(12,1)	(8,6)	40,7%
Verba de fiscalização	(2,2)	(2,1)	4,8%
Seguros e garantias	(1,4)	(0,9)	55,6%
Remuneração da Administração	(0,7)	(0,6)	16,7%
Consumo	(0,3)	(0,3)	0,0%
Outros	(4,0)	(4,3)	-7,0%
Custos e despesas	(172,2)	(111,2)	54,9%

Relatório da Administração

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciações e amortizações) tiveram elevação de 54,9% se comparado a 2010. Os principais motivos que levaram a esse aumento foram:

- Acréscimo de R\$ 55,5 milhões nos custos de serviços de construção em razão do aumento do nível de execução de investimentos em intangível na concessão;
- Aumento de R\$ 3,5 milhões dos custos com conservação face a serviços emergenciais e reajustes contratuais;
- Aumento da provisão p/ manutenção em rodovias em razão da expectativa de manutenção. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;
- Aumento dos custos com serviços de terceiros em função dos reajustes contratuais; e
- Variação dos custos com seguros e garantias decorrentes do aumento do valor dos prêmios de seguros contratados em 2011.

EBITDA E EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Receita líquida	200,1	136,4	46,7%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(172,2)	(111,2)	54,9%
EBITDA	27,9	25,2	10,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	4,2	3,2	31,3%
EBITDA Ajustado	32,1	28,4	13,0%

EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços na rodovia, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA, adicionando-se o montante de Provisão para Manutenção de Rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou ano de 2011 em R\$ 32,1 milhões, com um aumento de 13,0% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado, principalmente, pelo maior tráfego pedagiado e reajuste tarifário com reflexo direto na receita da Companhia.

Relatório da Administração

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Receitas Financeiras	2,1	2,1	0,0%
Despesas Financeiras	(16,1)	(16,6)	-3,0%
Resultado Financeiro Líquido	(14,0)	(14,5)	-3,4%

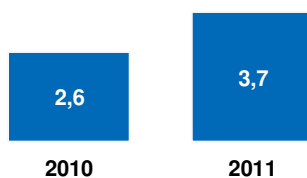
No ano de 2011, houve sensível melhora no resultado financeiro líquido. Essa variação positiva se deve à quitação de parte do empréstimo mútuo, indexado ao CDI com a controladora OHL e aprovação do empréstimo de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, resultando em captação de recursos com taxas de juros menores atreladas a TJLP.

Lucro Líquido

O lucro líquido da Companhia no ano de 2011 foi de R\$ 3,7 milhões, ante R\$ 2,6 milhões em 2010. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) o reajuste tarifário contratual e (ii) o aumento no tráfego de veículos pedagiados.

Lucro Líquido

(R\$ milhões)



Endividamento

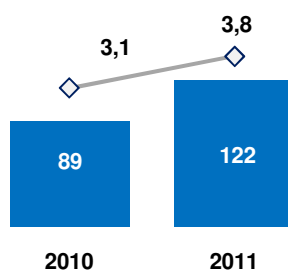
R\$ milhões	31/12/2011	31/12/2010	Var.
Dívida Bruta	162,3	99,6	63,0%
Curto Prazo	3,4	98,7	-96,6%
Longo Prazo	158,9	0,9	-
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(40,0)	(11,1)	260,4%
Dívida Líquida	122,3	88,5	38,2%

Relatório da Administração

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento bruto totalizava R\$ 162,3 milhões, apresentando um acréscimo de R\$ 62,7 milhões (+63,0%) em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta da liberação de recursos oriundos do empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na ocasião, a Companhia também quitou o empréstimo ponte com a instituição, o que contribuiu para a mudança do perfil da dívida com maior prazo de vencimento.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2011 em R\$ 122,3 milhões, apresentando um aumento de R\$ 33,8 milhões em relação ao volume de R\$ 88,5 milhões registrado no exercício de 2010. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado (últimos 12 meses), ficou em 3,6x.

Dívida Líquida e Grau de Alavancagem



INVESTIMENTOS

A Companhia desembolsou R\$ 117,8 milhões com investimentos em ativos imobilizados e intangíveis no ano de 2011. Os principais investimentos foram:

- Pavimento R\$ 53,1 milhões;
- Elementos de proteção e segurança R\$ 7,9 milhões;
- Terraplenos R\$ 15,9 milhões;
- Reforço e alargamento de pontes R\$ 6,1 milhões;
- Regularização e melhoria de acessos R\$ 6 milhões;
- Recuperação e melhoria do sistema de drenagem R\$ 5,6 milhões;
- Duplicações Inclusive Obras de Artes Especiais R\$ 5,6 milhões;
- Sistema de comunicação – telefonia emergência call boxes R\$ 4,9 milhões;
- Projetos R\$ 3,7 milhões;
- Execução de passarelas em pista simples R\$ 2,6 milhões;

Relatório da Administração

- Melhoria de interseções existentes R\$ 1,6 milhões;
- Obras de combate a enchentes R\$ 1,1 milhão;
- Retorno em nível R\$ 1 milhão;
- Sistema de iluminação da rodovia R\$ 927 mil;
- Execução de ruas laterais município de Rio Negro R\$ 781 mil;
- Implantação de refúgios centrais em pista simples R\$ 425 mil;
- Sistema de controle de tráfego circuito fechado de TV CFTV R\$ 440 mil; e
- Complementação de obras em praças de pedágio e bases operacionais e sistema de paisagem R\$ 153 mil.

A Concessionária possui um cronograma de investimentos pré-determinado no contrato de concessão, onde se contempla fases distintas entre o início da operação (trabalhos iniciais), recuperação da rodovia, e melhorias. Essas fases estão previstas em anos específicos, se concentrando crescentemente, nos primeiros cinco anos da concessão.

RECURSOS HUMANOS

O quadro de empregados aumentou 21% em 2011 em relação ao ano anterior. O crescimento foi gerado pela contratação de auxiliares da Base de Serviços Operacionais (BSO) antes terceirizados.

A Companhia está atenta ao índice de rotatividade, que no ano de 2011 aumentou para 6,36% ante 1,55% em 2010. Essa variação refletiu o trabalho de adequação da estrutura da empresa, em especial, a implantação dos serviços de atendimento ao usuário, antes terceirizado.

Evolução do Quadro de Pessoal

Descrição	2011	2010
Empregos diretos	184	152
Índice de rotatividade	6,36%	1,55%

Ao longo de 2011, a companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. Foram investidas 1.363 horas de treinamento total, que contabiliza 7 horas per capita.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Companhia estabeleceu, como um dos seus compromissos, o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras a sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Os principais projetos são:

Relatório da Administração

Programa “Viva Meio Ambiente” - criado em 2009, abrangendo 5.854 alunos e 397 professores e educadores de 18 escolas públicas, em 15 municípios situados ao longo da rodovia que administra. O objetivo do programa é desenvolver uma série de ações, visando à promoção da consciência ambiental em escolas de municípios próximos às rodovias federais sob concessão da OHL.

Programa “Viva Motorista” - A principal finalidade do programa é a conscientização do usuário para reduzir o número de acidentes na rodovia. O foco central do programa é o Motorista, que recebe informações sobre as leis de trânsito e cuidados com a saúde.

Programa “Viva Motociclista” - A campanha tem como principal objetivo a conscientização do público alvo sobre a necessidade da revisão periódica do veículo, utilização de equipamentos de segurança obrigatórios, e avaliação do estado de saúde dos motociclistas.

AGRADECIMENTOS

A Autopista Planalto Sul S/A agradece aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de empregados, pelo empenho e dedicação dispensados.

Relatório da Administração

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria baseado no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2011.

Rio Negro, 20 de março de 2012.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Márcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Arthur de Vasconcellos Netto
Diretor Superintendente

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Presidente

Juan Luís Osuna Gómez
Conselheiro

Felipe Ezquerra Plasencia
Conselheiro

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima domiciliada no município de Rio Negro, no Estado do Paraná, Brasil, na Avenida Afonso Petschow nº 4040, foi constituída em Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração da Rodovia BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e divisa SC/RS, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia, conforme Contrato de Concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$ 1.846 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2011 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$ 39.073 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A taxa de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe durante o prazo da concessão nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos

Notas Explicativas

que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.

- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto categoria “B” pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as informações trimestrais à ANTT e publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia.
- 48,3 km de terceira faixa.
- 10,2 km de vias laterais.
- Construção de oito passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em dezembro de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá

Notas Explicativas

direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima, na data de 31 de dezembro de 2011, os montantes de R\$ 231.983 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 312.743 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimento foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº20.2.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

Elaboramos as demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade mantém registrado o montante de R\$12.617 relativos a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais (IFRS) indicam o registro como resultado quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em

Notas Explicativas

Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro dos próximos períodos estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão,

Notas Explicativas

segregando principalmente os investimentos, em dois grupos: Investimentos que geram potencial de receita adicional, daqueles que não geram.

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.2.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas a: responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e das empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à custo dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Notas Explicativas

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada período, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo

Notas Explicativas

individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, para que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para a contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na

Notas Explicativas

demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 20.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou serviços são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

4.10. Ativos e Passivos objetos de Ajuste a Valor Presente

Notas Explicativas

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- a) Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- b) Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:		
Provisão para manutenção – real	500	-
Provisão para manutenção a valor presente	484	-
Efeito de ajuste a valor presente	16	-
Provisão para investimentos – real	4.735	-
Provisão para investimentos a valor presente	4.580	-
Efeito de ajuste a valor presente	155	-

Notas Explicativas

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo não circulante:		
Provisão para manutenção – real	13.185	7.716
Provisão para manutenção a valor presente	9.013	5.518
Efeito de ajuste a valor presente	4.172	2.198
Provisão para investimentos – real	-	4.735
Provisão para investimentos a valor presente	-	4.394
Efeito de ajuste a valor presente	-	341

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do período.

4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos, cujo somatório estiver incluído na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como um passivo na rubrica “Dividendos propostos a pagar”, por ser uma obrigação contratual prevista no estatuto da sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº23.

4.13. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “ <i>Joint Ventures</i> ”, eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC* listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações financeiras:

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1 de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as conseqüências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2011.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e bancos	3.013	831
Aplicações financeiras (*)	<u>27.429</u>	<u>10.286</u>
	<u>30.442</u>	<u>11.117</u>

(*) Representadas por aplicações em fundos de investimentos, com carteiras compostas por títulos com liquidez imediata insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja participação de carteira é a seguinte:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Fundo Concessões Brasil 2	22.674	3.286
Cédula de Crédito Bancário – CDB	4.755	-
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	-	<u>7.000</u>
	<u>27.429</u>	<u>10.286</u>

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Pedágio eletrônico a receber	3.121	2.264
Cartões de pedágio a receber	<u>417</u>	<u>489</u>
	<u>3.538</u>	<u>2.753</u>

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Seguros	264	208
Adiantamento a fornecedores	<u>361</u>	<u>-</u>
	<u>625</u>	<u>208</u>

Notas Explicativas**8. IMPOSTOS A RECUPERAR**

Estão representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	208	44
Outros impostos a recuperar	<u>171</u>	<u>5</u>
	<u>379</u>	<u>49</u>

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Conforme nota explicativa nº14 item “j”, a Sociedade deve manter depositado em conta de reserva junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Esse valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$9.573.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Foram constituídos como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Diferenças temporárias:		
Bases do ativo diferido:		
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	57	239
Ajustes dos impostos diferidos em função de práticas contábeis adotadas:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	(7.642)	(4.012)
Amortização de intangível de obras futuras	499	325
Provisão para manutenção de rodovias	9.412	5.252
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	1.084	1.079
Estorno de capitalização de juros	<u>66</u>	<u>66</u>
	3.419	2.710
Base de cálculo	<u>3.476</u>	<u>2.949</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito constituído - ativo não circulante	<u>1.182</u>	<u>1.003</u>

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pelos órgãos da administração da Sociedade.

Notas Explicativas

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

<u>Exercício a findar em</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
2012	36	29
2013	38	30
2014	39	31
2015	41	33
Após 2015	<u>1.028</u>	<u>880</u>
	<u>1.182</u>	<u>1.003</u>

11. IMOBILIZADO

A movimentação do immobilizado é como segue:

	Móveis utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do immobilizado:							
Saldo em 01.01.2010	277	264	54	355	-	-	950
Adições	22	34	28	16	-	91	191
Transferências	91	29	-	-	-	(91)	29
Alienações/baixas	-	-	(6)	(1)	-	=	(7)
Saldo em 31.12.2010	390	327	76	370	-	-	1.163
Adições	71	39	75	31	225	-	441
Transferências	-	-	-	-	-	=	-
Saldo em 31.12.2011	<u>461</u>	<u>366</u>	<u>151</u>	<u>401</u>	<u>225</u>	=	<u>1.604</u>
Depreciação acumulada:							
Saldo em 01.01.2010	(36)	(30)	(8)	(94)	-	-	(168)
Adições	(32)	(31)	(5)	(73)	-	=	(141)
Saldo em 31.12.2010	(68)	(61)	(13)	(167)	-	=	(309)
Adições	(43)	(35)	(14)	(76)	(22)	=	(190)
Saldo em 31.12.2011	<u>(111)</u>	<u>(96)</u>	<u>(27)</u>	<u>(243)</u>	<u>(22)</u>	=	<u>(499)</u>
Imobilizado líquido:							
Saldo em 31.12.2010	<u>322</u>	<u>266</u>	<u>63</u>	<u>203</u>	-	=	<u>854</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>350</u>	<u>270</u>	<u>124</u>	<u>158</u>	<u>203</u>	=	<u>1.105</u>
Taxas de depreciação - %	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	=	-

Notas Explicativas**12. INTANGÍVEL**

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Licenças de software (b)	Intangível em andamento	Total
Custo do intangível:				
Saldo em 01.01.2010	134.998	291	9.114	144.403
Adições	44	10	67.253	67.307
Transferências	64.363	-	(64.392)	(29)
Alienações/baixas	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>(23)</u>	<u>(39)</u>
Saldo em 31.12.2010	199.389	301	11.952	211.642
Adições	1.035	14	115.807	116.856
Transferências	<u>76.915</u>	<u>-</u>	<u>(76.915)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>277.339</u>	<u>315</u>	<u>50.844</u>	<u>328.498</u>
Amortização acumulada:				
Saldo em 01.01.2010	(2.736)	(70)	-	(2.806)
Adições	<u>(4.669)</u>	<u>(58)</u>	-	<u>(4.727)</u>
Saldo em 31.12.2010	(7.405)	(128)	-	(7.533)
Adições	<u>(6.529)</u>	<u>(63)</u>	-	<u>(6.592)</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>(13.934)</u>	<u>(191)</u>	-	<u>(14.125)</u>
Intangível líquido:				
Saldo em 31.12.2010	<u>191.984</u>	<u>173</u>	<u>11.952</u>	<u>204.109</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>263.405</u>	<u>124</u>	<u>50.844</u>	<u>314.373</u>
Taxas de amortização - %	<u>4,48</u>	<u>20</u>	=	=

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Amortização em cinco anos.

13. DIFERIDO

Estão representados por:

	31.12.2011	31.12.2010
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Materiais e serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	1.308	1.308
Amortização acumulada	<u>(5.215)</u>	<u>(3.432)</u>
	<u>12.617</u>	<u>14.400</u>

Notas Explicativas

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	Encargos anuais	31.12.2011	31.12.2010
Passivo circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,68% a.a.	761	1.248
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,58% a.a.	2.516	97.455
Financiamento de Veículo Banco Volks(c)	16,63% a.a. pré-fixada	<u>90</u>	<u>-</u>
		<u>3.367</u>	<u>98.703</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,68% a.a.	118	935
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,58% a.a.	158.688	-
Financiamento de Veículo Banco Volks(c)	16,63% a.a. pré-fixada	<u>142</u>	<u>-</u>
		<u>158.948</u>	<u>935</u>

A Sociedade capitalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o percentual médio de 6,7% dos juros sobre os empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa nº. 4.5.

- (a) Refere-se a contratos para a compra de grupos geradores, caixas d' água, sistema de arrecadação de pedágio e quadros de distribuição de força e luz. A garantia desses empréstimos e financiamentos é a alienação fiduciária dos bens e aval através de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.
- (b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o BNDES para a execução de serviços iniciais, de recuperação, melhoramentos e infraestrutura para operação da rodovia, elaboração dos projetos e cadastro, e ainda, despesas pré-operacionais, visando à exploração, pela beneficiária, do Lote 02 (BR-116/PR/SC divisa com RS), referente ao Contrato de Serviço Público, precedido da Execução de Obra Publica, celebrado entre a União, por intermédio da Agencia Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e a Sociedade, em 14.02.2008. Em 14 de março de 2011 houve a renegociação do empréstimo de curto prazo, junto ao BNDES, denominado "empréstimo ponte", sendo simultaneamente liberado o empréstimo de longo prazo, sendo ambos com a mesma finalidade.

Notas Explicativas

- (c) Cédulas de crédito bancário celebrado com o Banco Volkswagen para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias dessas cédulas são os próprios bens.

Em 31 de dezembro de 2011 as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Exercício a findar em</u>	<u>R\$</u>
2013	8.523
2014	9.095
2015	9.829
2016	10.679
Após 2016	<u>120.822</u>
	<u>158.948</u>

No exercício de 2011, a Sociedade assinou contrato com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo. Esse contrato possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do Contrato de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência do Contrato.
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
 - 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
 - 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
 - 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:

Notas Explicativas

3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Sociedade.

3.2 Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.

3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente do Contrato.

- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

<u>Geração de Caixa da Atividade</u>	<u>Serviço da Dívida</u>	<u>EBITDA</u>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Sociedade no contrato de financiamento, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.
- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
- Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.
 - A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
 - A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.

Notas Explicativas

- (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do Contrato de Concessão.
- (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no calculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

Do acionista

- I - Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da concessionária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da concessionária ou em transferência do controle acionário da concessionária, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da concessionária.
- II - Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da concessionária, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico da concessionária ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- III - Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da concessionária, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- IV - Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social da concessionária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da concessionária, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- V - Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência do Contrato, a totalidade das ações emitidas pela concessionária.
- VI - Na hipótese de extinção do Contrato de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da concessionária, ou ainda por falência ou recuperação judicial da concessionária, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término do Contrato de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.
 - 1) Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas do contrato com o BNDES nas datas das Demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas**15. FORNECEDORES**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de R\$11.750 (R\$ 5.747 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Encargos sociais e trabalhistas	241	193
Provisão para férias e 13º salário	658	624
Participação nos lucros e resultado	519	471
Outras obrigações sociais	<u>39</u>	<u>600</u>
	<u>1.457</u>	<u>1.888</u>

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda	-	1
Contribuição social	-	32
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	179	152
Programa de Integração Social - PIS	49	44
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	225	204
Tributos federais retidos	597	298
Impostos Sobre Serviços - ISS	<u>796</u>	<u>621</u>
	<u>1.846</u>	<u>1.352</u>

18. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estavam representados respectivamente por R\$4.724 e R\$2.360.

Notas Explicativas**19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ativo circulante		
Transações com Partes Relacionadas		
<u>Empresas ligadas:</u>		
Concessionária de Rodovia do Interior Paulista	=	<u>101</u>
Passivo circulante:		
<u>Controladora:</u>		
Mútuos – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	10.644	9.753
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	<u>229</u>	<u>1.028</u>
	<u>10.873</u>	<u>10.781</u>
Dividendos propostos		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	<u>884</u>	<u>322</u>
<u>Fornecedores partes relacionadas:</u>		
Paulista Infraestrutura Ltda. (b)	751	1.012
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	3.318	3.106
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	<u>397</u>	<u>778</u>
	<u>4.466</u>	<u>4.896</u>
Passivo não circulante:		
<u>Partes relacionadas:</u>		
<u>Controladora:</u>		
Mútuos – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>37.000</u>	<u>60.000</u>
	<u>Resultado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Controladora:		
Juros de Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	5.782	4.990
Partes relacionadas:		
Execução de obras:		
Latina Manutenção de Rodovias (b)	<u>1.837</u>	<u>521</u>
	<u>7.619</u>	<u>5.511</u>

- (a) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”) (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Notas Explicativas

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor	
				31.12.2011	31.12.2010
04.09.2008	Fevereiro/2011 (d)		-	-	3.488
12.09.2008	Fevereiro/2011 (d)		-	-	1.163
25.09.2008	Fevereiro/2011 (d)		-	-	1.163
29.09.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.301	9.300
06.10.2008	Fevereiro/2011 (d)		-	-	5.813
27.10.2008	Fevereiro/2011 (d)		-	-	15.113
27.11.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	13.000	16.740	15.113
19.12.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	<u>16.000</u>	<u>20.603</u>	<u>18.600</u>
			<u>37.000</u>	<u>47.644</u>	<u>69.753</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2012. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro; os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (b) Referem-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”).
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares.
- (d) Saldo devedor (principal mais juros) convertido em integralização de capital em 24 de fevereiro de 2011.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade provisionou os montantes de R\$671 e R\$587, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR registrados em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 são de R\$519 e R\$471, respectivamente. A sociedade pagou em 31.03.2011 o montante de R\$432, referente a PLR registrado no exercício de 2010. As metas são como seguem:

(i) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados e os demitidos no período de abrangência deste plano.

Notas Explicativas

Participam os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

(ii) Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

20. PROVISÕES

20.1 Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Sociedade não possui processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento advindos do curso normal de suas operações classificados como risco possível por seus advogados.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

A movimentação dos saldos das provisões para riscos cíveis e trabalhistas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são conforme segue:

	<u>01.01.2010</u>	<u>Adições(a)</u>	<u>Baixas(b)</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições(a)</u>	<u>Baixas(b)</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2011</u>
Cíveis	68	132	(81)	3	122	116	(187)	5	56
Trabalhistas	-	<u>117</u>	-	-	<u>117</u>	<u>50</u>	<u>(167)</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>68</u>	<u>249</u>	<u>(81)</u>	<u>3</u>	<u>239</u>	<u>166</u>	<u>(354)</u>	<u>6</u>	<u>57</u>

(a) Adições de novos processos.

(b) Baixas em função da alteração do risco de perda ou arquivamento do processo.

A Sociedade possuía em 31 de dezembro de 2010 processos cíveis e trabalhistas em primeira instância classificados como risco provável. Baseados em reiteradas decisões dos tribunais brasileiros em ações de mesma natureza, no decorrer do primeiro trimestre de 2011, a Sociedade optou pela alteração dos prognósticos para possível ou remoto dos referidos processos.

20.2 Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e para investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo que na provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nº 3.4 e nº 4.8.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos das provisões para a manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são conforme segue:

	Circulante		Não Circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldo em 01.01.2010	-	275	2.115	4.186
Adições	-	-	3.403	214
Utilizações	-	(281)	-	-
Transferências	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>
Saldo em 31.12.2010	-	-	5.518	4.394
Adições	484	-	3.495	186
Transferências	<u>-</u>	<u>4.580</u>	<u>-</u>	<u>(4.580)</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>484</u>	<u>4.580</u>	<u>9.013</u>	<u>-</u>

A Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não efetuou pagamentos referente a manutenções, cuja previsão de realização é o primeiro trimestre de 2012.

21. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$188 e R\$173, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 respectivamente, referem-se às despesas com a taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão (vide nota explicativa nº 2). O valor é anual, dividido em doze parcelas iguais e mensais, e sua correção é pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

22. ADIANTAMENTO DE SEGUROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade recebeu adiantamentos no montante de R\$ 1.554 e R\$ 2.030, respectivamente relativos à indenização do Itaú Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais da rodovia.

Os procedimentos estabelecidos para os casos de danos patrimoniais, ou seja, aqueles que afetam diretamente a rodovia, como queda de taludes, danos à ponte ou ao viaduto, determinam a comunicação formal do evento à seguradora. Tal comunicação ensejará a elaboração de um projeto para recuperação do local atingido, elaboração de orçamento e cronograma físico-financeiro, documentos fundamentais para determinação do valor final a ser indenizado pela seguradora. Na hipótese de se concluir, ao fim da regulação do sinistro, que o montante indenizado não é devido ou é superior ao devido, a Sociedade tem o compromisso de efetuar a imediata devolução da importância indevida.

Notas Explicativas**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2011 é de R\$119.933 (R\$ 35.001 em 31 de dezembro de 2010) está representado por 114.744 mil ações ordinárias (35.001 mil em 31 de dezembro de 2010) sem valor nominal, assim distribuídas:

	2011		2010	
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação%</u>	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação %</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	114.744.262	99,99999	35.001.000	99,99999
Conselho de Administração	<u>3</u>	<u>0.00001</u>	<u>3</u>	<u>0.00001</u>
	<u>114.744.265</u>	<u>100,00</u>	<u>35.001.003</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 25 de fevereiro de 2011 houve a integralização de capital de R\$ 27.144 mediante a emissão de 26.379 mil ações através da capitalização dos créditos que a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. detém na Sociedade em razão dos contratos de mútuos celebrados. As ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, foram emitidas pelo preço de R\$ 1,0290.

Em 28 de abril de 2011 houve a integralização de capital através da capitalização dos dividendos distribuídos no valor de R\$ 322. As 306 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, foram emitidas pelo preço de R\$ 1,05.

Em 10 de junho de 2011 houve a integralização de capital em espécie no valor de R\$ 10.000. As 9.434 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, foram emitidas pelo preço de R\$ 1,06.

Em 10 de outubro de 2011 houve a integralização de capital em espécie no valor de R\$ 17.666. As 16.282 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, foram emitidas pelo preço de R\$ 1,085.

Em 27 de dezembro de 2011 houve a integralização de capital em espécie no valor de R\$ 29.800. As 27.342 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, foram emitidas pelo preço de R\$ 1,0899.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativasc) Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários, em 31 de dezembro de 2011, está demonstrado a seguir:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	3.725
Reserva Legal - 5%	<u>(186)</u>
Base de distribuição	3.539
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u> <u>884</u>

O remanescente do saldo do lucro do exercício, no montante de R\$2.655 mil, foi transferido para a rubrica “Reserva de retenção de lucros”, considerando o início das operações da Sociedade, mantido para investimentos, conforme proposto pela Diretoria para atender aos compromissos de investimentos descritos na nota explicativa nº2.

24. RECEITA

Está representado por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receita de serviços prestados	86.905	77.603
Receita de serviços de construção	121.940	66.380
Receitas acessórias	<u>79</u>	<u>-</u>
	<u>208.924</u>	<u>143.983</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receita bruta	208.924	143.983
Abatimentos sobre receitas de pedágios	(1.449)	(985)
ISSQN	(4.277)	(3.831)
PIS	(557)	(498)
COFINS	<u>(2.570)</u>	<u>(2.299)</u>
Receita líquida	<u>200.071</u>	<u>136.370</u>

Notas Explicativas**25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

<u>Custos</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Com pessoal	(4.922)	(4.415)
Serviços de terceiros	(16.543)	(15.997)
Depreciações / Amortizações	(7.855)	(5.994)
Manutenção e conservação	(12.020)	(8.528)
Custo de obras	(121.940)	(66.380)
Provisão para manutenção	(4.160)	(3.204)
Transporte	(1.015)	(1.020)
Taxa de fiscalização	(2.205)	(2.079)
Outros custos	<u>(3.234)</u>	<u>(3.124)</u>
	<u>(173.894)</u>	<u>(110.741)</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Com pessoal	(2.491)	(3.109)
Serviços de terceiros	(1.448)	(1.273)
Depreciações / Amortizações	(710)	(657)
Manutenção / Conservação	(87)	(55)
Consumo	(49)	(46)
Tributárias	-	(54)
Transporte	(191)	(218)
Outras despesas	<u>(1.259)</u>	<u>(1.077)</u>
	<u>(6.235)</u>	<u>(6.489)</u>

26. RESULTADO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, está representado por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	<u>2.090</u>	<u>2.126</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(15.620)	(14.566)
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	(5)	(407)
Comissões	(420)	-
Outras despesas	<u>(16)</u>	<u>(1.621)</u>
	<u>(16.061)</u>	<u>(16.594)</u>

Notas Explicativas**27. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.300	4.085
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(1.802)	(1.388)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeitos de adições e exclusões	<u>227</u>	<u>(58)</u>
Despesa contabilizada líquida	<u>(1.575)</u>	<u>(1.446)</u>
Despesa líquida de imposto de renda e contribuição social compostas por:		
Correntes	(1.754)	(1.957)
Diferidos	<u>179</u>	<u>511</u>
	<u>(1.575)</u>	<u>(1.446)</u>

28. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	18.470	11.215
Atividades de financiamento não relacionadas em caixa:		
Integralização de capital mediante a quitação de contratos de mútuos celebrados com a OHL Brasil S.A.	27.144	-
Integralização de capital através da capitalização dos dividendos distribuídos	322	-

Notas Explicativas

29. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Básico</u>		
Lucro líquido do exercício	3.725	2.639
Número de ações durante o ano	<u>72.671</u>	<u>35.001</u>
Lucro por ação – básico - R\$	<u>0,05126</u>	<u>0,07540</u>
<u>Diluído</u>		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	3.725	2.639
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	<u>72.671</u>	<u>35.001</u>
Lucro por ação – diluído – R\$	<u>0,05126</u>	<u>0,07540</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e ou outras opções a serem conciliadas.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Notas Explicativas

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	<u>31.12.2011</u> Empréstimos e recebíveis	<u>31.12.2010</u> Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	30.442	11.117
Aplicações financeiras restritas	9.573	-
Contas a receber de clientes	3.538	2.753
Partes relacionadas	-	101

<u>Passivos</u>	<u>31.12.2011</u> Passivos financeiros ao custo amortizado	<u>31.12.2010</u> Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	11.750	5.747
Empréstimos e financiamentos	162.315	99.638
Partes relacionadas	52.339	75.677

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Notas Explicativas

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos aos saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	9,50%	11,88%	14,25%
Juros a incorrer mútuos (*)	(5.042)	(6.168)	(7.291)
Receita de aplicações financeiras	2.254	2.818	3.381
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (*)	(13.327)	(15.784)	(18.247)
Juros a Incorrer Líquido	(16.115)	(19.134)	(22.157)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 30.12.2011.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade da Sociedade não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$3.121 (R\$2.264 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

Notas Explicativas

Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros média ponderada % a.a.</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016 em diante</u>
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) – Juros	2,68	34	4	-	-	-
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) – Principal		<u>757</u>	<u>115</u>	=	=	=
		<u>791</u>	<u>119</u>	=	=	=
Financiamento de investimentos (BNDES) – Juros	2,58	13.406	12.873	12.153	11.371	53.937
Financiamento de investimentos (BNDES) – Principal		<u>1.992</u>	<u>8.391</u>	<u>9.115</u>	<u>9.902</u>	<u>132.230</u>
		<u>15.398</u>	<u>21.264</u>	<u>21.268</u>	<u>21.273</u>	<u>186.167</u>
Financiamento de Veículo Banco Volks – Juros	16,63	20	20	11	-	-
Financiamento de Veículo Banco Volks – Principal		<u>70</u>	<u>70</u>	<u>41</u>	=	=
		<u>90</u>	<u>90</u>	<u>52</u>	=	=

31. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

Notas Explicativas

32. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da verba de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2011, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita	165.000
	Responsabilidade Civil	25.100
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	42.540

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade está dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

34. EVENTO SUBSEQUENTE

No dia 18 de janeiro de 2012 a Sociedade obteve a quarta liberação de parte do Sub-crédito A no valor de R\$ 11.780 mil, e segunda liberação do Sub-crédito B no valor de R\$11.313 mil, totalizando R\$23.093 mil do empréstimo de longo prazo celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2012.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



QUEM SOMOS

A **Autopista Planalto Sul**, uma das nove concessionárias da OHL Brasil, é a responsável, desde 2008, pelos 412,7 quilômetros da rodovia BR-116, fazendo a ligação da capital paranaense à divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A concessão para administrar e conservar o trecho por 25 anos foi obtida em leilão realizado em 9 de outubro de 2007, no qual a proposta do grupo OHL Brasil foi a vencedora. O contrato foi assinado em 14 de fevereiro de 2008 e prevê investimentos de R\$ 1,9 bilhão durante sua vigência de 25 anos, incluindo a operação da rodovia.

A OHL Brasil S.A. é maior Companhia do setor de concessões de rodovias no Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A OHL Brasil S.A. é uma empresa brasileira controlada pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve suas atividades na área de promoção de infra-estrutura, incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral do grupo espanhol OHL, um dos líderes dos setores de construção e concessão na Espanha.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.
Rio Negro - PR

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Autopista Planalto Sul S.A., essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", somente pela opção da manutenção do saldo do ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 22 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011.609/0-8 F-PR

Walter Dalsasso
Contador
CRC nº 1 SP 077516/O-9 S/PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 31 de dezembro de 2010.

Rio Negro, 22 de março de 2012

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Arthur de Vasconcellos Netto
Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Presidente

Juan Luis Osuna Gómez
Conselheiro

Felipe Ezquerra Plasencia
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 31 de dezembro de 2010.

Rio Negro, 22 de março de 2012

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Arthur de Vasconcellos Netto
Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Presidente

Juan Luis Osuna Gómez
Conselheiro

Felipe Ezquerria Plasencia
Conselheiro